

Começa revisão do projeto de Brasília

DF

Plano diretor da área tombada deve chegar à Câmara Legislativa em junho de 2002

Luís Cláudio Cicci
de Brasília

O projeto urbanístico do Plano Piloto, criado em 1956 por Lúcio Costa e ajustado pelo próprio autor em 1987, vai, de novo, ser revisto e deve sofrer alterações. Em no máximo 300 dias, a contar de hoje, a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) planeja encaminhar à Câmara Legislativa o projeto de lei complementar (PLC) que deve se transformar no Plano Diretor Estratégico de Brasília (PDLB).

O lançamento do documento com a proposta de trabalho, hoje, no Memorial JK, marca o começo da revisão das normas que regem a ocupação da Capital Federal brasileira. Daqui a 60 dias, tempo que uma consultoria de arquitetos e urbanistas vai levar para aprontar a metodologia, o cronograma e as etapas de elaboração do PLC, a Seduh deve organizar as primeiras oportunidades de participação para a comunidade moradora da área, os empresários e órgãos de classe.

No caso do Plano Piloto e



Ivelise Longhi

Cruzeiro, onde vivem 258 mil pessoas, uma novidade. Além das audiências públicas - como as que houve nos cinco núcleos urbanos do Distrito Federal que têm planos diretores prontos -, as regiões com problemas críticos em Brasília vão ganhar o acompanhamento de grupos de trabalho para a preparação de projetos prioritários. “A W-3, os comércios locais, a orla do Lago Paranoá e o Setor Central são áreas com maior necessidade de busca de soluções”, diz a responsável pela Seduh, Ivelise Longhi.

Os grupos de trabalho, organizados conforme a metodologia proposta pela consultoria,

têm a ver com a intenção de conseguir soluções vindas de pessoas que convivem com os problemas da cidade. Outra inovação que a Seduh pretende adotar é a tentativa de conciliar planejamento físico de uma cidade com viabilidade financeira. “Vamos (os participantes da elaboração do plano) fazer reavaliações urbanísticas e econômicas para nos perguntarmos se as mudanças são suficientes para atrair investidores”, afirma a secretária.

O PDEB deve servir para incentivar a exploração turística da única cidade de construção contemporânea reconhecida como patrimônio cultural da humanidade. “Para aproveitar melhor os títulos de capital nacional e fama internacional do projeto urbanístico original, gerar mais empregos e garantir a preservação da área tombada, o plano é incentivar atividades típicas de cidades que são centros políticos”, comenta a secretária.

No Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a esperança é que a participação popular e compro-

misso com o projeto urbanístico original da cidade orientem a elaboração do plano diretor local de Brasília. “As Instituições organizadas têm que estar presentes para exporem suas necessidades e surgirem soluções condizentes com a idéia do Lúcio Costa”, diz o presidente nacional do IAB, Haroldo Queiroz. “É preciso identificação, me preocupa o risco de que alguém assuma o trabalho sem entender a cidade.”

Queiroz cita o Setor Comercial Norte como exemplo de intervenção frustrada no projeto proposto em 1957 e revisto em 1987 por Lúcio Costa. As mudanças adotadas para evitar os problemas do bairro análogo, na Asa Sul, resultaram na ausência completa de encaminhamentos para pedestres, prédios com embasamento exagerado e sem relação entre si. “O que foi feito é pura negação pretensiosa da idéia original”, diz o presidente do IAB. “Agora, qualquer solução vai ser muito mais trabalhosa.”